

ANEXO 2

ESCOPO MÍNIMO E CRONOGRAMA DE ENTREGA DO ESTUDO DE UTILIZAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS E PRIVADAS

1. Escopo mínimo do estudo de utilização de áreas públicas e privadas

Caberá à CONCESSIONÁRIA a elaboração de estudo de utilização de áreas, voltado à precisa identificação e delimitação de todos os imóveis, públicos e privados, cuja propriedade, ocupação temporária e/ou servidão administrativa se mostrem, com base nos PROJETOS EXECUTIVOS desenvolvidos, necessários à implantação da EXTENSÃO DA LINHA 5.

No âmbito do estudo de utilização de áreas, deverá a CONCESSIONÁRIA apresentar ao PODER CONCEDENTE todos os elementos e documentos necessários para a declaração de utilidade pública de todos os imóveis privados a serem desapropriados, ocupados temporariamente ou sobre os quais serão instituídas servidões administrativas, incluindo:

- Descrição e levantamento das áreas a serem desapropriadas, incluindo levantamento físico de ocupações, regulares e irregulares, identificação do caráter residencial ou comercial das ocupações, quantificação preliminar de possíveis famílias e imóveis impactados e, na medida do possível, estimativa de valores envolvidos;
- Apontamento dos respectivos proprietários;
- Indicação da destinação dos imóveis;
- Designação do PODER CONCEDENTE como adjudicatário;
- Indicação dos dispositivos legais aplicáveis;
- Planta cadastral (ou desenho) subscrita pelo responsável;
- Laudo ou documento de avaliação, acompanhado dos anexos, que tenham sido mencionados, subscrito pelo responsável e datado;
- Declaração, subscrita pelo responsável da CONCESSIONÁRIA, de que não há incidência de área municipal, estadual ou federal, nas áreas a serem desapropriadas;
- Declaração, subscrita pelo responsável da CONCESSIONÁRIA, de que não há sobreposição de áreas entre o Decreto relativo à minuta então apresentada e qualquer outro decreto de utilidade pública;
- Declaração, subscrita pelo responsável da CONCESSIONÁRIA, de que as áreas são integralmente necessárias para a execução da obra a que se referem;
- Memoriais descritivos individualizados das áreas, datados e subscritos pelo responsável da CONCESSIONÁRIA;

- Cópia(s) atualizada(s) da(s) matrícula(s), ou transcrição de registros pelo cartório competente, se for o caso, tendo-se como base do critério de atualidade a data de apreciação do documento pelo PODER CONCEDENTE; e
- Minuta de decreto de DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA.

As áreas de imóveis privados a serem indicadas pela CONCESSIONÁRIA como necessárias à declaração de utilidade pública devem ser vinculadas única e exclusivamente à implantação dos elementos construtivos da EXTENSÃO DA LINHA 5, sendo vedada a indicação para outros fins.

Ainda no âmbito do estudo de utilização de áreas, a CONCESSIONÁRIA deverá elaborar, também, Plano de Desapropriação, Ocupação Temporária e Servidão Administrativa.

2. Cronograma de entrega do estudo de utilização de áreas públicas e privadas

O estudo de utilização de áreas deverá ser entregue pela CONCESSIONÁRIA conforme cronograma a seguir:

Nome da Tarefa	Início	Término
NN-L4-Extensão de Jardim Ângela		
Termo aditivo 03 - Projetos		
Desapropriação		
Contratação da descrição e levantamento das áreas a serem desapropriadas (estudo de utilização de áreas)	em andamento	Qua 31/07/24
Elaboração da descrição e levantamento das áreas a serem desapropriadas (estudo de utilização de áreas)	Qua 31/07/24	*
Contratação do estudo de utilização de áreas	*	*
Elaboração do estudo de utilização de áreas	*	*

* PENDENTE